



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E AFINS. DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE FAROL, E DE OUTRO A EMPRESA MACROMMERCE LTDA NA FORMA ABAIXO.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 89/2023**

O MUNICÍPIO DE FAROL, pessoa jurídica de direito público, situada à Rua Bahia, nº 880, na cidade de FAROL-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.640.124/0001-48, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Oclecio de Freitas Meneses, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de Identidade RG nº 4160333-0 SESP/PR e do CPF sob o nº 655.451.509-78, e a empresa MACROMMERCE LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 47.977.771/0001-05, com sede na Rua Najla Carone Guedertm, 820, Pagani, Palhoça/SC – CEP 88132-150, devidamente representado pelo(a) Srº João Vitor Campos de Lima, CPF Nº 003.232.052-32 e RG Nº 8.265.988, celebraram a seguinte ATA, mediante sujeição mútua as normas constantes da do Decreto 10.024/2019, Lei nº 8666 de 21/06/1993 nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 - Pelo presente procedimento, fica registrado a relação dos serviços/produtos abaixo relacionados com seus referidos valores:

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant	Valor Unitario	Valor Total	Nome
159	1	Disjuntor DIN Bipolar 2x40A Curva C	ELGIN	UNID	15	16,73	250,95	MACROMMERCE LTDA
160	1	Disjuntor DIN Bipolar 2x50A Curva C	ELGIN	UNID	20	18,45	369,00	MACROMMERCE LTDA
161	1	Disjuntor DIN Tripolar 3x100A Curva C	ELGIN	UNID	10	77,00	770,00	MACROMMERCE LTDA
164	1	Disjuntor DIN Tripolar 3x70A Curva C	ELGIN	UNID	10	54,00	540,00	MACROMMERCE LTDA
165	1	Disjuntor DIN Tripolar 3x80A Curva C	ELGIN	UNID	30	77,00	2.310,00	MACROMMERCE LTDA
167	1	Disjuntor DIN Unipolar 1x25A Curva C	ETEK	UNID	10	5,09	50,90	MACROMMERCE LTDA



Município de Farol



168	1	Disjuntor DIN Unipolar 1x32A Curva C	ETEK	UNID	10	5,50	55,00	MACROMMERCE LTDA
169	1	Disjuntor DIN Unipolar 1x50A Curva C	ETEK	UNID	20	5,80	116,00	MACROMMERCE LTDA
171	1	Disjuntor Tripolar 3x150A Caixa moldada	ELGIN	UNID	10	343,00	3.430,00	MACROMMERCE LTDA
267	1	Lâmpada de Sódio Vapor E40 250W 220V Tubular	OUROLUX	UNID	100	16,00	1.600,00	MACROMMERCE LTDA
268	1	Lâmpada de Vapor Metálico 250W 220V Tubular	OUROLUX	UNID	100	21,00	2.100,00	MACROMMERCE LTDA
271	1	Lâmpada LED 50W Bulbo (BIVOLT)	KIAN	UNID	100	18,60	1.860,00	MACROMMERCE LTDA
273	1	Lâmpada LED Bulbo 15W, 6500 K (BIVOLT)	ELGIN	UNID	100	4,5000	450,00	MACROMMERCE LTDA
274	1	Lâmpada LED Bulbo 30W, 6500 K (BIVOLT)	KIAN	UNID	100	10,90	1.090,00	MACROMMERCE LTDA
275	1	Lâmpada LED Bulbo 9W 6500K (BIVOLT)	KIAN	UNID	80	3,30	264,00	MACROMMERCE LTDA
349	1	Plafonier de Plástico com Base E27	DEMILED	UN	100	3,00	300,00	MACROMMERCE LTDA
370	1	Reator de Vapor Metálico 400W 220V	GOODLUX	UN	100	60,00	6.000,00	MACROMMERCE LTDA

Fornecedor: MACROMMERCE LTDA- CNPJ: 47.977.771/0001-05 Valor Total Homologado: R\$ 21.555,85

1.2 - Os preços acima registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para as contratações pretendidas, sendo assegurado ao Fornecedor do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3 - A não utilização do registro de preços será admitida nos produtos/serviços que se revelarem antieconômicas e quando, comprovadamente, se verificarem irregularidades que levem ao cancelamento do preço registrado.

1.4 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade do Município que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

Faz parte da presente Ata, independentemente da transcrição, todos os documentos constantes do processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º 36/2023, cujo teor é de conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Município fiscalizará diretamente a entrega dos produtos/serviços, através de funcionário designado para este fim.

3.1.1 - A fiscalização da presente ata será realizada pelo(a) Sr(a): **Vanderley Gonçalves**

3.2. O representante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização da mesma.

3.3. O licitante vencedor ficará obrigado a entregar os produtos/serviços objeto da presente licitação conforme solicitação da Secretaria requisitante.

3.3.1. O prazo de entrega será: de 7 dias úteis a partir da emissão de ordem de compras.

3.3.1.1. A entrega e despesas com a mesma é de inteira responsabilidade da contratada.

3.2. 3.2. As entregas deverão ser realizadas no seguinte endereço: Secretaria de Obras e demais localidades constantes na Autorização de fornecimento.

3.3. A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços será responsável pelas despesas com a entrega dos produtos/serviços.

3.4. A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços deverá obrigatoriamente conceder livre acesso de servidores do município, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto registrado.

3.5. A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, quando for o caso, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.6. É de total responsabilidade da licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços, a qualidade do produto/serviço fornecido, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ora licitado.

3.7. A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços será responsável pelas despesas com o entrega. A entrega deverá ser parceladamente conforme a necessidade e solicitação das secretarias, onde as entregas deverão ser realizadas independentemente da quantidade solicitada.

3.8. Demais condições constantes no termo de referência.

3.9. Município poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. No caso de contratação, a Beneficiária se compromete a garantir os preços dispostos na cláusula primeira da presente Ata.

4.2 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes no presente contrato incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto Contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.2.1. Os preços dos itens/grupos deverão incluir todas as despesas com entrega, encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; deslocamento de veículos; serviço; seguro; lucros, todos e quaisquer tributos e encargos pertinentes, e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.



4.3. O pagamento será condicionado a:

I - Constatação de entrega definitiva,

II - Apresentação da nota fiscal,

III – Constatação de atendimento das características do objeto com o proposto na licitação.

Após isto em até 30 dias sendo que o pagamento será efetuado por intermédio de transferência bancária em C.C. da empresa contratada.

4.4. A Prefeitura Municipal de Farol/Pr, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos/serviços não forem entregues nas condições exigidas no termo de referência.

4.5. A Prefeitura Municipal de Farol/Pr, poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo licitante nos termos deste pregão.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.7. Os recursos destinados ao pagamento pelo fornecimento constantes da Cláusula primeira, são oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

003.001.04.122.0003.2300.3.3.90.30.00 – 9 - 1000

003.001.04.122.0003.2307.3.3.90.30.00 – 27 - 1000

05.001.04.122.0018.2500.3.3.90.30.00 – 117 - 1000 / 504 / 511 / 512

05.004.18.541.0022.2504.3.3.90.30.00 – 141 - 1000

05.005.20.122.0020.2503.3.3.90.30.00 – 148 - 504

05.005.20.122.0020.2508.3.3.90.30.00 – 153 - 1000 / 778

06.001.10.122.0055.2600.3.3.90.30.00 – 158 - 1303 / 303

06.001.10.301.0056.2601.3.3.90.30.00 – 173 - 1000 / 1018 / 1019 / 2494 / 303 / 3494 / 494 / 495

06.001.10.304.0058.2604.3.3.90.30.00 – 194 – 303 / 494

007.003.12.122.0049.2715.3.3.90.30.00 – 207 – 103 / 104 / 125 / 128 / 130

07.003.12.361.0039.2700.3.3.90.30.00 – 232 – 1000/103/104/107

07.003.12.368.0040.2702.3.3.90.30.00 – 240 – 1000/10130/104/117

07.004.27.812.0053.2705.3.3.90.30.00 – 246 – 1000

07.006.13.392.0048.2706.3.3.90.30.00 – 253 – 1000

07.006.13.392.0048.2707.3.3.90.30.00 – 263 – 1000

09.001.08.122.0046.2900.3.3.90.30.00 – 286 – 1000/934

09.001.08.122.0046.2903.3.3.90.30.00 – 290 – 1000

09.002.08.241.0023.2904.3.3.90.30.00 – 305 – 1000 / 900

09.003.08.243.0078.2902.3.3.90.30.00 – 309 – 1000

09.005.08.244.0079.2901.3.3.90.30.00 – 322 – 1000

4.8. A detentora da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de entregar o objeto ora registrado, conforme valor proposto, e emitir nota(s) fiscal(is) em nome da Contratante, onde a mesma deverá fazer menção do nº e modalidade da licitação.

4.10. Os preços dos itens/grupos deverão incluir todas as despesas com entrega, materiais; mão-de-obra, encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; deslocamento de veículos; serviço de manutenção; seguro; lucros, todos e quaisquer tributos e encargos pertinentes para cada execução do serviço independentemente da quantidade que venha a ser registrada na Ata, e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, considerando que cada execução é única, e o valor unitário/grupo registrado será válido enquanto vigor a referida Ata

CLAUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



5.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, na forma e condições constantes no edital, cabendo à unidade administrativa responsável pelo Sistema de Registro de Preços o controle e o acompanhamento da evolução dos preços.

5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município deverá:

I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de entrega dos produtos; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata é de 12 meses a partir de sua publicação.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos e seu início e término somente ocorrerão em dia útil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

7.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração de Contrato oriundo desta Ata, correrão única e exclusivamente por conta do(a) Contratado(a).

7.2 - Obriga-se o licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços, durante a vigência desta Ata, a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas.

7.3 - A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços deverá responder por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos produtos;

7.4- A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços não poderá transferir a outrem no todo ou em parte suas obrigações firmadas por ocasião deste instrumento sem prévia e expressa anuência do contratante;

7.5- A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Contratante ou a terceiros, provocados por seus profissionais ou prepostos, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização do objeto desta contratação, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.

7.6- A licitante detentora da presente Ata de Registro de Preços se compromete a recolher materiais e dar destinação ambientalmente adequada (no que couber), aos produtos constantes nos incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Sistema de logística reversa).



CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II- não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV- tiver presente razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento do registro na hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Para efeito de aplicação da penalidade de multa, considerar-se-ão as seguintes hipóteses:

Ocorrências do tipo “A”: Recusar ou deixar de atender injustificadamente, solicitação de entrega do objeto contratado;

Ocorrências do tipo “B”: Entregar o objeto contratado em desacordo à Nota de Empenho, sem efetuar a devida substituição/adequação no prazo previsto no ajuste;

Ocorrências do tipo “C”: Entregar o objeto contratado em desacordo à Nota de Empenho, com substituição/adequação, ultrapassando o limite do prazo previsto no ajuste.

Ocorrências do tipo “D”: Entregar o objeto contratado em desacordo à Nota de Empenho, com substituição/adequação dentro do prazo previsto no ajuste;

Ocorrências do tipo “E”: O atraso injustificado na entrega do objeto contratado.

9.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços ficará sujeita ao pagamento de multa:

I. De 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “A” – conforme dispõe o item anterior;

II. De 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “B” – conforme dispõe o item anterior;

III. De 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “C”, conforme dispõe o item anterior;

IV. De 5% (cinco por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “D”, conforme dispõe o item anterior;

V. De 1,0% (um por cento) de multa por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) ou 10 (dez) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente à parcela inadimplida, isentando em consequência o Município de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso ocorrências do tipo "E", conforme dispõe o item anterior. A partir do décimo primeiro dia de atraso na entrega do produto será considerada a inexecução parcial do objeto;

9.3. No caso de reincidência no item A e B, além da multa prevista no inciso I, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho depois do qual será caracterizada a inexecução total do objeto.

9.4. No caso de reincidência nos itens C, além da multa prevista, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

9.5. No caso de reincidência no item D e E, além da multa prevista, será aplicada a multa de 5% (cinco por



cento) sobre o valor da Nota de Empenho.

9.6. A inexecução total do ajuste ou execução em total desacordo com o presente Termo implica no pagamento de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato/Nota de empenho.

9.7. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da parcela constante no contrato/Nota de Empenho.

9.8. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, será aplicada a sanção de Advertência. No caso de reincidência, pelo descumprimento de obrigação contratual, a presente contrato será rescindido.

9.9. A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, e poderá ser deduzida da primeira Nota de Empenho a ocorrer.

9.10. A recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da sua notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

9.11. A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, compreendendo:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.12. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

9.13. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.14. Hipóteses de inexecução

I. O objeto será recusado:

a. Caso os prazos de validade estejam vencidos.

b. Se deteriorados.

c. Se fraudados.

d. Se impróprios ao fim que se presta.

e. Se inadequados ao fim que se presta.

f. Se houver disparidades com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem, etc.



- g. Se em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.
- h. Se entregues com especificações diferentes das contidas na nota de empenho;
- i. Se entregues com qualquer defeito de fabricação e acondicionamento;
- j. Recusar ou deixar de atender injustificadamente, solicitação de entrega de produto;
- k. Entrega em atraso, extrapolando o prazo edital.
- l. Se houver entrega parcial, quando prejudicar o objeto na sua totalidade.

O não recolhimento das mercadorias em desconformidade após notificação, contado do prazo previsto em edital.

n. Se não estiverem em conformidade com a descrição do objeto contratado.

o. Se adulterados ou alterados.

p. Se avariados, ou corrompidos.

9.15. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

9.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS PRÁTICAS CORRUPTAS

A detentora da presente Ata de Registro de Preços que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou detentora da presente Ata de Registro de Preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

a) rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;

b) declarar a detentora da presente Ata de Registro de Preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

10.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



Município de Farol



10.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

10.3. Considerando os propósitos da cláusulas acima, a detentora da presente Ata de Registro de Preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes desta Ata fica eleito o Foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim por estarem de acordo, assinam a presente Ata em três vias de igual teor, os representantes das partes acordantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Farol/PR, 30 de agosto de 2023.

MUNICIPIO DE FAROL
CONTRATANTE

MACROMMERCE LTDA
CONTRATADA